

30 JUN 1987
CORREIO BRAZILENSE
jul 1987
3

Cabral discute com deputados o seu anteprojeto

O relator Bernardo Cabral foi longamente sabatinado na reunião da Comissão de Sistematização ontem à noite. Ele subiu à tribuna, onde regimentalmente deveria permanecer 20 minutos. Lá ficou até o fim, ouvindo e respondendo a críticas e indagações. O mais incisivo crítico, foi o deputado Gastone Righi (PTB-SP), para quem uma série de dispositivos aprovados nas comissões temáticas foi pura e simplesmente extirpada pelo relator e seus auxiliares.

As perguntas e as críticas começaram a chover logo depois de o deputado Bernardo Cabral esclarecer os motivos de sua ausência à primeira reunião da comissão, domingo: Como os apertes se sucedessem, o presidente Afonso Arinos informou que prorrogaria o tempo para compensar os minutos cedidos pelo relator a seus apanteantes. Foi além disso. Cabral chegou a ensaiar a descida da tribuna, mas as questões continuaram sendo levantadas, e a reunião, iniciada às 20h20 logo assumiu as feições de uma longa sabatina.

O pedessista Gérson Peres (PA) quis saber se o relator escrevia o anteprojeto para o País ou para o PMDB. Righi disparou farpas contra uma suposta manipulação dos dispositivos aprovados nas comissões e se comprometeu a apresentar na próxima reunião lista de pelo menos uma dezena de artigos que teriam sido suprimidos "pela vontade onipotente de relatores não previstos regimentalmente", referindo-se aos auxiliares recrutados por Cabral. O deputado Ademir de An-

drade (PMDB-PA) indagou sobre a possibilidade de se elaborar uma relação dos artigos de cada anteprojeto e sua posição no texto do relator da sistematização.

Cabral foi respondendo. A Peres disse que tinha de prestar contas à bancada do PMDB, que o elegera para o posto, mas se pautara pelo resultado das comissões e todos teriam oportunidade de apresentar as emendas que desejassem. A Righi, informou que compatibilizar os oitos anteprojeto é exatamente sua função, definida no artigo 19 do Regimento da Constituinte. A Andrade, ponderou que seriam necessários 60 ou 90 dias para executar um trabalho como desejava o deputado paraense. Quase rindo, respondeu a outra intervenção de Gerson Peres, que perguntava por que não fora acolhida emenda de sua autoria: ela não fora aprovada em lugar algum. A sessão, em que aparentemente o clima começou a esquentar, se prolongou e terminou às 22h15.

O deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) disse-se preocupado com os pronunciamentos de militares sobre temas constitucionais, notadamente a anistia e perguntou se não seria conveniente aprovar um dispositivo, já proposto por ele, que os impedisse de se manifestarem sobre os assuntos em discussão na Constituinte. Para o deputado, podem estar se configurando inadmissíveis pressões. Arinos discordou: "O Senhor está falando sem que ninguém o impeça", observou. Cabral ponderou que os militares têm direito de emitir opiniões.

Emendas só para adequação

Nesta primeira fase de trabalhos na Comissão de Sistematização só serão permitidas emendas que representem a adequação do texto do projeto constitucional elaborado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) com as propostas aprovadas nas comissões temáticas. Este esclarecimento, feito ontem pelo próprio relator, pode significar o arquivamento da maioria das emendas apresentadas por se tratarem de sugestões

de modificações quanto ao mérito, ora supressivas, ora aditivas. Ele frisou que, de acordo com o regimento, mesmo as supressivas ou aditivas só serão aceitas se tratarem de adequação.

Este assunto gerou polêmica ontem entre os constituintes, principalmente no que diz respeito ao parecer elaborado por Cabral para a Comissão da Família, de Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.